



VIII ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 5, 6 e 7 de dezembro de 2023

RELAÇÃO ENTRE IDENTIDADE DE GÊNERO DA PESSOA TRANSEXUAL E ACESSO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Mateus de Souza Costa¹, Renara Meira Gomes², Ninalva de Andrade Santos³, Vanda Palmarella Rodrigues⁴

Introdução

Gênero é definido como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e diz respeito aos papéis sociais e comportamentos que culturalmente foram associados ao sexo biológico das pessoas. Desse modo, relaciona-se à maneira como as sociedades lidam com a percepção dos corpos humanos constituindo-se em algo mutável (Hernández *et al.*, 2022).

Nas sociedades patriarcais comumente ocorre uma normatização da heterossexualidade. Neste sentido, pessoas transexuais enfrentam cotidianamente muitos desafios na vida social decorrentes do estigma e do preconceito relacionados à identidade de gênero. Um destes desafios está relacionado com o acesso às unidades de saúde credenciadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) fato que evidencia haver fragilidades no preposto acesso universal, um dos princípios desse sistema (Rossi *et al.*, 2022).

Esses desafios como apontam os movimentos sociais, apresentam-se principalmente no desrespeito ao nome social, na discriminação, no acesso a serviços e no despreparo dos profissionais de saúde (Hernández *et al.*, 2022).

Neste contexto há de se considerar que historicamente, o reconhecimento da população trans/travestis como sujeitos de direitos no Brasil acontecem paralelamente à ampliação do SUS. Ademais, o entendimento da saúde como um direito de cidadania e uma obrigação do Estado remete a necessidade de um olhar reflexivo sobre essa problemática (Monteiro; Brigeiro, 2019).

A Portaria nº 2803/2013 que redefine e amplia o processo transexualizador no SUS traz como diretriz, a assistência integral à saúde das pessoas transexuais e travestis. No entanto, nota-se haver uma lacuna entre teoria e prática dado que poucos conseguem ter acesso à saúde, direito humano fundamental assegurado e garantido constitucionalmente por lei, fundamentado no princípio da equidade (Moquedace *et al.*, 2018).

Objetivo

Averiguar a relação entre identidade de gênero da pessoa transexual e acesso ao sistema único de saúde.

Métodos

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura que utilizou a estratégia PICO no intuito de responder a seguinte questão de pesquisa: Existe relação entre a identidade de gênero e acesso da pessoa transexual ao Sistema Único de Saúde?

Sendo a População (P), as pessoas transexuais; o fenômeno de interesse (I), a descrição da identidade de gênero e sua influência na vivência da pessoa transexual; como contexto (Co), o Sistema Único de Saúde. Para a seleção dos estudos foram realizadas buscas *on-line* em entre setembro e novembro de 2023, na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), utilizando-se os descritores e seus sinônimos, em português os pertencentes aos Descritores Ciências da Saúde (DeCS). Utilizou-se a seguinte estratégia de busca: (Transexualidade OR Pessoas Transexuais OR Transexualidade em Saúde OR *Transsexualism*) AND (identidade de gênero OR Gênero) AND (Sistema Único de Saúde OR SUS OR *Unified Health System*), da qual foram encontrados 147 estudos.

Constituíram critérios de inclusão: artigos científicos disponíveis em texto completo, entre 2018 e 2023, nos idiomas português, inglês e espanhol relacionados ao objetivo do estudo. Foram excluídas as dissertações, teses e trabalhos que não respondiam à questão de pesquisa. Após implementação dos critérios supracitados, foram filtrados 29 artigos; os quais após leituras dos textos completos resultou na seleção de sete artigos para utilização neste estudo.

Resultados e Discussão

Conforme Moquedace *et al.* (2020), ao buscar-se reduzir iniquidades históricas na constituição da assistência e na implementação de políticas públicas em saúde voltadas à população transexual, é necessário caracterizar seu espaço no âmbito do SUS.

Nas barreiras enfrentadas pela população transexual ao acesso à saúde, observa-se a criminalização e a estigmatização do tipo de prática sexual e do gênero como as principais, bem como, falta de capacitação por parte dos profissionais em saúde (Lucena *et al.*, 2022).

Questões relativas à saúde da população de Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais (LGBTQIAPN+) ainda são bastante negligenciadas na atuação das equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF). Estudo apontou que, apesar de ser essa realidade muito presente em toda a extensão considerável do nosso país, há uma situação mais crítica em relação a isso na região nordeste (Ferreira *et al.*, 2019).

Rossi *et al.* (2022), evidenciaram como barreiras no atendimento dessa população encontradas nos serviços de saúde do SUS o estigma e a discriminação manifestos, principalmente, por constrangimentos e desrespeito ao uso do nome social. Neste sentido, conforme salientado por Hernández *et al.* (2022), as pessoas transexuais compõem o grupo com os índices mais precários de acompanhamento no campo da saúde, seja no que diz respeito ao processo de afirmação de gênero, seja quanto ao acesso à saúde como um todo, evidenciado por processos discriminatórios diversos.

Esse constrangimento, somado aos problemas estruturais do SUS impactam significativamente no acesso aos serviços de saúde e no processo saúde-doença (Monteiro; Brigeiro, 2019).

Como fatores que aumentam a vulnerabilidade dessa população ao adoecimento chama atenção o fato de possuírem menor poder aquisitivo, serem a maioria de raça/ cor negra, terem baixo grau de instrução e com menor acesso às políticas de saúde voltadas ao acompanhamento do processo de afirmação de gênero, bem como para a promoção da saúde física e mental de forma geral. A falta de preparo dos profissionais de saúde que atuam no

sistema de saúde que contribui para ocorrência de diversas formas de violência institucional é apontada como um dos principais problemas pelo movimento trans (Hernández *et al.*, 2022).

Porém, vale ressaltar que embora existam problemas significativos relacionados com a qualidade da assistência em saúde das pessoas transexuais, a situação era pior anteriormente. Na atualidade, de modo geral muitos profissionais não discriminam as pessoas transexuais por sua condição, embora haja resistência por parte dos mesmos em relação ao uso do nome social (Monteiro; Brigeiro, 2019).

Nesse sentido, Cobo *et al.* (2021) chamaram atenção para a relevância de que as questões relacionadas à identidade de gênero devem ser consideradas marcadores sociais e determinantes estruturais do processo saúde-doença na atenção à saúde brasileira.

Os construtos culturais conformam gênero como uma relação social de poder. Assim, gênero e tipo de prática sexual constituem determinantes sociais da saúde (DSS), articulando-se a outros fatores, como questões raciais ou socioeconômicas (Gomes *et al.*, 2018).

Considerações Finais

Diante do que foi exposto, a discriminação praticada por profissionais de saúde em virtude da identidade de gênero constitui barreira importante que dificulta a busca pelo acesso à assistência no campo da saúde, de forma geral, da população LGBTQIAPN+.

A integralidade no cuidado é um dos atributos essenciais do SUS e direito garantido constitucionalmente o qual deve assegurar que haja atenção abrangente, não reducionista e não fragmentada. Diz respeito a reconhecer e prover assistência de forma integral e sem nenhum tipo de preconceito para as pessoas transexuais de modo que suas necessidades físicas e psicológicas sejam prontamente atendidas.

Essa carência se traduz em crescente demanda por políticas públicas de saúde sólidas e capilarizadas nos territórios. Esse estudo trouxe como contribuição importante ao destacar questões normatizadas nas sociedades patriarcais, a exemplo da heterossexualidade. Por outro lado, identificou-se também, que a identidade de gênero, pode influenciar no acolhimento das pessoas transexuais fato que possivelmente trará repercussões negativas ao bem-estar mental, físico e social. Esse descontentamento salientado no reconhecimento das demandas das pessoas transexuais requer maior visibilidade a essas pautas, de modo que seja assegurado o pleno reconhecimento de pessoas transexuais e travestis como sujeitos de direitos humanos.

Esses processos discriminatórios que caracterizam formas de violência institucional em detrimento da identidade de gênero contribuem para maior vulnerabilidade da população LGBTQIAPN+ ao adoecimento físico e mental. Neste sentido, se reconhece ser urgente a implementação de políticas proativas que contribuam para o devido acolhimento desse grupo e, conseqüentemente, para melhor qualidade de vida e saúde.

Descritores: Transexualidade. Pessoas Transexuais. Identidade de Gênero. Gênero, Sistema Único de Saúde.

Eixo Temático: A saúde coletiva no enfrentamento da violência

Referências

COBO, Barbara; CRUZ, Claudia; DICK, Paulo; Desigualdades de gênero e raciais no acesso e uso dos serviços de atenção primária à saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 9, p. 4021-4032. maio. 2021.

FERREIRA, Breno de Oliveira; PEREIRA, Edson Oliveira; ROCHA, Matheus Barbosa da; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do; ALBUQUERQUE, Ana Rayonara de Sousa; ALMEIDA, Maysa Milena e Silva; PEDROSA, José Ivo dos Santos; Não tem essas pessoas especiais na minha área”: saúde e invisibilidade das populações LGBT na perspectiva de agentes comunitários de saúde. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 496-508. jul./set.2019.

GOMES, Romeu; MURTA, Daniela; FACCHINI, Regina; MENEGHEL; Stela Nazareth; Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 997-2005. fev. 2018.

HERNÁNDEZ, Jimena de Garay; JUNIOR, Aureliano Lopes da Silva; CARRARA, Sérgio; BALDANZI, Ana Camilla de Oliveira; UZIEL, Anna Paula; Saúde de travestis e pessoas trans no Rio de Janeiro e Região Metropolitana: estratégias e condições de acesso. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 38, p. e22301. set./out. 2022.

LUCENA, Marcelle Medeiros; FERREIRA, Guilherme Gomes; FLOSS, Mayara; MELO, Diego Azevedo Conte; para além do processo transexualizador: concepção e implementação de um serviço despatologizador e integral à saúde trans e travesti no contexto da atenção primária à saúde na cidade de Porto Alegre (RS). **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 44, p. 2873-2883, jan./dez. 2022.

MONTEIRO, Simone; BRIGEIRO, Mauro. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n.4, p. e00111318. abr. 2019.

ROSSI, Thais Aranha; BRASIL, Sandra Assis; MAGNO, Laio; VERAS, Maria Amelia; PINHEIRO, Thiago Félix; PEREIRA, Marcos; JUNIOR, José Luis Gomez Gonzales; CARVALHO, Paula Galdino Cardin; Conhecimentos, percepções e itinerários terapêuticos de travestis e mulheres trans no cuidado a infecções sexualmente transmissíveis em Salvador, Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 38, p. e22304, 2022.